



» Ponto a ponto | **MARIVALDO PEREIRA** | SECRETÁRIO DE ACESSO À JUSTIÇA

Dados dos que participaram dos ataques em Brasília foram passados ao Ministério da Justiça. Objetivo é rastrear os financiadores

Mais de 86 mil denúncias sobre os atos terroristas

» MARCOS BRAZ*

A identificação e a punição dos terroristas que destruíram as sedes dos Três Poderes no início do mês são prioridade para o Ministério da Justiça. O secretário de Acesso à Justiça da pasta, Marivaldo Pereira, convidado do CB. Poder de ontem — uma parceria do **Correio Braziliense** com a TV Brasília — afirmou que, até o momento, 86 mil denúncias foram recebidas em um canal exclusivo para tratar do tema no órgão. Segundo ele, todas as informações estão sendo encaminhadas à Polícia Federal. O objetivo é encontrar os financiadores dos atos antidemocráticos.

“Essa informação é apenas um indicativo, mais uma informação que vai compor a investigação conduzida pela Polícia Federal e tem uma equipe de peritos extremamente preparados, uma equipe de agentes e delegados que estão olhando todas as imagens, coletando todos os indícios para identificar as pessoas que cometeram esse crime. A PF é uma das polícias mais eficientes que a gente tem no país. Sem dúvida alguma, eles vão chegar aos organizadores, aos financiadores e daqueles que participaram diretamente da destruição do patrimônio da nossa população”, disse, ao jornalista Roberto Fonseca.

Tentativa de golpe

“O que aconteceu no domingo retrasado foi algo muito grave e que comoveu toda a população do Distrito Federal e do país. Foi um grave atentado às instituições, um ataque terrorista ao Estado democrático de direito. Isso levou a uma ampla mobilização do governo para que a gente pudesse levantar informações que viabilizassem a responsabilização de todo mundo que participou diretamente, mas também daqueles que ajudaram a organizar, incitar e financiar esses ataques. Uma das ferramentas que foram criadas pelo Ministério da Justiça é o canal de denúncias e nós ficamos com a responsabilidade de receber.”

Inteligência

“São mais de 86 mil denúncias que já chegaram ao ministério. Estamos trabalhando com uma ferramenta de inteligência para

Mariana Lins/Esp.CB/D.A Press



Marivaldo Pereira disse que governo não irá medir esforços para identificar terroristas que atacaram os prédios dos Três Poderes, no dia 8

organizar esses dados e encaminhá-los à Polícia Federal, com foco especial naqueles que ajudaram a financiar e naqueles que estiveram diretamente envolvidos na destruição do patrimônio público, do patrimônio histórico de toda a população do país. Você pode ter uma certeza: o ministro Flávio Dino foi juiz de direito e ele tem um apego muito grande ao cumprimento da lei. O Ministério da Justiça não medirá esforços para fazer com que todos aqueles que atentaram contra as instituições respondam nos termos da lei pelos seus atos para que a gente possa, de uma vez por todas, virar essa triste página da nossa história.”

Filtragem

“Todas essas informações estão chegando via canal de denúncias. Recebemos a informação, encaminhamos para a Polícia Federal — a quem compete checar se a informação é verdadeira e representar junto ao poder Judiciário e solicitar as medidas cabíveis. Essa informação quando chega para a gente, é apenas um indicativo, mais uma informação que

vai compor a investigação conduzida pela PF que tem uma equipe com peritos extremamente preparados, agentes e delegados que estão olhando todas as imagens, coletando todos os indícios para identificar as pessoas que cometeram esse crime.”

Provas

“[No canal] está chegando de tudo: fotos, vídeos, perfis nas redes sociais. Embora muita gente tenha apagado muitos perfis, muita gente que salvou, tem print, e isso está sendo encaminhado para a gente também. Prints de grupos de WhatsApp também, onde essas conversas aconteceram. Então, tudo isso tem chegado, estamos agregando e trabalhando para encaminhar de maneira organizada à Polícia Federal.”

Patrocinadores

“Este é o foco. Porque se a gente não for atrás de quem financiou, de quem organizou tudo isso, há um risco de que essas pessoas continuem atentando contra o Estado democrático de direito.”

Porte de arma

“A política de descontrole do acesso a armas e munições no país faz parte de tudo isso que a gente assistiu no domingo retrasado. Ela foi uma política que teve como objetivo central fortalecer pessoas que não observam a Constituição, que não se subordinam aos limites da constituição, para atentarem contra as instituições, para tentarem contra o Supremo Tribunal Federal (STF), contra o Congresso Nacional e contra a Presidência da República. Esse descontrole do acesso a armas é a raiz disso que estamos assistindo agora. Vamos pegar aqui o exemplo do caso do Roberto Jefferson: quando os agentes da Polícia Federal, quatro agentes foram cumprir uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, foram recebidos com granadas e tiros de fuzil.”

Novas regras

“O governo federal, como um dos seus primeiros atos, resolveu limitar o acesso a armas e munições em todo o país e proibir o

acesso a armas e munições de uso restrito e também a insumos para recarregá-las. Seguramos a comercialização e criamos um grupo de trabalho que vai estabelecer um novo marco, uma nova regulamentação para o estatuto do desarmamento para que o comércio e circulação de armas no Brasil ocorra de acordo com os limites necessários à manutenção do Estado democrático de direito. Há uma população que quer paz, que não quer guerra. A mudança colocou fim a um governo que disseminava o ódio, a guerra e a violência.”

Antirracismo

“O ministro Flávio Dino tem falado muito da ideia de que a gente possa dialogar com o poder judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Ordem dos Advogados, para construir uma justiça antirracista, enfrentar temas como da letalidade policial, por exemplo, que é hoje um dos fatores que atinge diretamente a juventude negra, a redução dos homicídios que hoje atinge principalmente jovens negro e mulheres e a gente precisa enfrentar esse

problema, mas também outros temas que impactam diretamente o racismo institucionalizado.”

Justiça acessível

“Os desafios são gigantesco. Adotamos dois caminhos muito importantes. O primeiro deles é a mediação de conflitos fundiários urbanos e rurais coletivos. Durante a pandemia, o ministro do STF Luís Roberto Barroso deu uma decisão muito importante ao determinar a suspensão das reintegrações de posse coletivas durante a pandemia. Isso foi muito importante porque no momento em que a orientação era para que as pessoas permanecessem em casa não fazia nenhum sentido o poder Judiciário determinar que essas pessoas fossem atiradas às ruas. Isso não fazia nenhum sentido e a decisão foi muito importante e resultado dessa decisão veio um acórdão que os tribunais que criassem instrumentos de mediação para que o cumprimento de uma decisão de reintegração de posse não resultasse na violação de centenas, muitas vezes milhares, de direitos.”

Promoção

“Essa é uma das temáticas que a nossa secretária quer trabalhar na perspectiva promoção de direito, em conjunto com o sistema de justiça, em conjunto com o Ministério Público, as defensorias públicas de todo país, em conjunto com a sociedade civil. Tivemos hoje uma reunião muito importante com a plataforma Despejo Zero pra gente começar a avançar nesse sentido, avançar no diálogo no sentido de que o cumprimento de uma decisão judicial deve se dar de forma a violar o mínimo possível o direito de outras pessoas e no caso das integrações posse coletiva esse é um ponto importante. Um outro caminho que nós vamos trabalhar também é no sentido de reduzir o número de processos relacionados a direitos da população mais pobre. Hoje, a gente tem uma Justiça sobrecarregada com processos envolvendo acesso a direitos como Bolsa Família, o acesso a aposentadorias, o acesso a uma série de direitos de pequenos valores e que tramitam no judiciário por um longo período.”

*Estagiário sob a supervisão de Luana Patriolino

VIOLÊNCIA

Médico é preso por estuprar pacientes

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu ontem o anestesista colombiano Andres Eduardo Oñate Carrillo, 32 anos, por estuprar pelo menos duas pacientes que estavam sedadas durante cirurgias. As imagens de estupro cometidos por ele — e gravadas em seu telefone celular — foram localizadas pela Polícia Federal.

O material estava em meio a 20 mil arquivos de pornografia infantil de Carrillo. Com base nos metadados das mídias — informações que incluem data da gravação e local, por

exemplo —, os policiais identificaram as unidades hospitalares onde ocorreram os dois estupros. Depois, cruzaram informações para chegar às vítimas.

De acordo com a Polícia Civil do Rio, um dos casos aconteceu no Hospital Estadual dos Lagos Nossa Senhora de Nazareth, em Saquarema. O outro no Complexo Hospitalar Universitário Clementino Fraga Filho. A unidade pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os crimes foram praticados em 2020 e 2021.

A Justiça expediu o mandado de prisão provisória e busca e apreensão contra o anestesista por estupro de vulnerável. Ele estava legal no Brasil e com a documentação em dia — atuando tanto em hospitais públicos quanto particulares.

O caso lembra o do anestesista Giovanni Quintella Bezerra, que estuprou uma grávida na sala de parto em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, em julho do ano passado. Responder por estupro de vulnerável, ele está preso em uma cela individual

do pavilhão 8 de Bangu, e isolado por causa de ameaças.

À época, a defesa do médico chegou a alegar que a captação de vídeo foi ilegal, porque foi produzida sem conhecimento dos envolvidos e sem autorização da polícia ou do Ministério Público. No entanto, a Justiça não aceitou o argumento. Segundo a investigação, o anestesista fez sete aplicações de sedativos na vítima, extrapolando o que é normalmente usado em uma cesariana. (Agência Estado)

Jose Lucina/Estadão Conteúdo



Anestesista também armazenava pornografia infantil em celular